Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL
Recebido em 27/03/2017
Protocolo

REQUERIMENTO Nº 103 ,DE 2017.
(Autor: Vereador Alécio Espínola/PSC)

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Cascavel.

O Vereador Alécio Espínola/PSC nos termos que regem o art. 122, II do Regimento Interno desta Casa de Leis Requer a Mesa Diretora, após deliberação legislativa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Evandro Rogério Roman, Câmara dos Deputados, solicitando suas providências perante o Governo Federal, com o objetivo de viabilizar a liberação de recursos financeiros no montante de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para serem empregados na construção da Unidade Básica de Saúde – UBS do Bairro Santa Cruz.

É o que Requer. Sala das Sessões.
Cascavel, 27 de março de 2017.

Alécio Espínola
Vereador/PSC

Justificação

Senhor Deputado, há tempo que os moradores do Bairro Santa Cruz, na Cidade de Cascavel, reivindicam a construção dessa unidade de saúde no bairro. Eles alegam que o bairro não possui uma unidade básica adequada e em condições de atender a demanda dos pacientes que necessitam de uma consulta ou da realização de um exame. Sua Excelência tem conhecimento que o Bairro Santa Cruz é hoje um dos mais populosos de nossa cidade e, infelizmente, ainda padece de uma estrutura mais completa e em condições de prestar um relevante serviço público. Com isso a população sofre e fica a espera de novos investimentos.

Tenho conhecimento que o Ministério da Saúde em Brasília possui recursos financeiros para a construção dessas unidades de saúde em todo o Brasil, porém, é preciso que força políticas hajam perante o Governo Federal para que sejam liberados. E, é contando com a sua especial atenção, que solicito o seu empenho para que os recursos sejam liberados ao Município de Cascavel, com o objetivo de dar inicio as obras desta unidade de saúde.

Espero, pois, contar com seu empenho e posição, para que possamos dar ciência aos moradores do bairro que nos cobram essas providências.

CONFERIDO DIRETORIA LEGISLATIVA